



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **11 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 30 de setembro de 2011

DIÁRIO DO AMAZONAS Confaz busca solução para impasse fiscal entre Amazonas e Pará.....	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO "Não é política industrial, e sim protecionismo"	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Banco da Amazônia tem R\$ 6 bi disponíveis para fomento.....	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Dólar tem 2º dia de alta, a R\$1,844	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE PERNAMBUCO PE terá armazém da Zona Franca	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
JORNAL DO COMMERCIO ONLINE Entreposto da Zona Franca será em Escada	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
G-1 MPF do Amazonas tenta manter tombamento do Encontro das Águas	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL A CRÍTICA Grupo invade área da Suframa na Zona Leste de Manaus	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTOS E NAVIOS PE terá armazém da Zona Franca	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL D24AM Confaz busca solução para impasse fiscal entre AM e PA	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL D24AM Invasores continuam em terreno da Suframa no Ramal do Ipiranga	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>	EDITORIA	
	TÍTULO Confaz busca solução para impasse fiscal entre <u>Amazonas</u> e <u>Pará</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

O secretário da Fazenda do Pará, José Tostes, informou que representantes de Rondônia e Amapá também irão participar da discussão.

Manaus - O impasse entre **Amazonas** e Pará em relação à cobrança do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**) das empresas de transporte, que movimentam cargas de **Manaus** a Belém, pode estar perto do fim. Representantes fiscais dos Estados afirmaram que há possibilidade de entrarem em um consenso em uma conferência reservada, durante a 143ª Reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que ocorre hoje, no salão Rio Negro, do Tropical Hotel **Manaus**.

O secretário da Fazenda do Pará, José Tostes, informou que representantes de Rondônia e Amapá também irão participar da discussão. "Vamos fazer uma reunião separada para encontrar uma proposta de consenso entre os Estados e estabelecer uma repartição justa e equilibrada do imposto que incide sobre cada tipo de modal", disse.

O dirigente afirmou ainda que a situação, hoje, é 'indevida'. "O transporte está recolhendo imposto somente sobre o único modal no Estado de origem, mas estamos caminhando para definir a cobrança proporcional ao modal que ocorre em cada um dos Estados", afirmou.

O secretário-executivo da Fazenda do **Amazonas**, Thomaz Nogueira, afirmou que os Estados estão discutindo há algum tempo, mas ainda existem pequenos pontos divergentes entre os Estados. "Há sim uma parte que cabe ao Pará, mas achamos que essa parcela é um pouco menor do que o Pará está querendo, é uma divergência técnica", disse.

No final de agosto, empresas de transporte e logística chegaram a prometer parar as atividades de cargas entre **Manaus** e Belém devido à cobrança de **ICMS** pela Secretaria de Fazenda do Pará, caracterizando bi-tributação. O setor movimenta mais de 320 mil toneladas de cargas por mês, sendo a maioria do Polo Industrial de **Manaus**.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO "Não é política industrial, e sim protecionismo"		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

ENTREVISTA

Mansueto Almeida, pesquisador do Ipea

Raquel Landim

Mansueto Almeida, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), é favorável à utilização do poder de compra do governo para fomentar a inovação. Mas questiona a escolha dos setores calçadista e têxtil. Nesses casos, não é política industrial, mas protecionismo.

Na semana que vem, o governo publica o decreto que dá preferência às empresas nacionais nas licitações e vai começar por calçados e têxteis. Isso é benéfico para o País?

O instrumento é muito bom e faltava ao Brasil. Só que no resto do mundo as compras governamentais são utilizadas para fazer transferência de tecnologia e fomentar a inovação. O governo usa seu poder de compra para que a empresa tenha um horizonte de planejamento e desenvolva novos produtos.

É totalmente diferente do que estão fazendo agora.

Por quê?

Utilizar o mecanismo de compras públicas para pagar mais por farda do Exército ou por sapato não tem paralelo

com o resto do mundo. Os setores de calçados e têxteis não envolvem inovação e a estrutura de custos é muito cara no Brasil.

Essas empresas não são competitivas por falta de demanda, mas porque não vale a pena produzir aqui em relação à Ásia. O governo está apenas criando uma reserva de **mercado**.

Isso não é política industrial, mas protecionismo.

Em uma segunda fase, o governo promete estender o benefício para os setores de Defesa e Saúde. Faz sentido?

Deveria ter começado por esses setores e também por empresas de software. A grande política industrial dos Estados Unidos é feita via Departamento de Defesa. O crescimento do Vale do Silício se deve aos contratos que as empresas tinham com o Pentágono. Mesmo sem esse novo decreto, o **Ministério da Saúde do Brasil** já utiliza seu poder de compra de remédios para exigir que as multinacionais transfiram tecnologia para os laboratórios locais. E consegue bons resultados.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Banco da <u>Amazônia</u> tem R\$ 6 bi disponíveis para fomento		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

RIO - O Banco da Amazônia está com R\$ 6 bilhões em crédito para fomento parados no caixa da instituição em razão da falta de projetos qualificados para a cadeia de suprimentos da região Norte do país. A revelação foi feita pelo presidente da instituição, Abidias José de Souza Junior, segundo o qual a inadequação dos projetos tem elevado o tempo de espera para a concessão do crédito para além dos quatro meses, prazo padrão.

Apesar disso, os créditos contratados do banco deverão crescer em menor ritmo em 2011, a uma taxa entre 10% a 15%, bem abaixo dos 36% registrados em 2010, quando R\$ 7,3 bilhões foram desembolsados.

A desaceleração do crescimento se deve à reestruturação na concessão de crédito para a região feita pelo **Governo Federal**, dona de 97% do Banco da Amazônia. A instituição bancária passou a oferecer crédito apenas para a cadeia de suprimento, ao passo que os empreendimentos de infraestrutura ficaram por conta do **BNDES**.

Segundo Souza Junior, a inadimplência no banco está em torno de 4,5%, abaixo dos 5,3% verificados pelo Banco Central em agosto no país. Já a inadimplência da carteira comercial de R\$ 1 bilhão está em 7%.

A carteira de fomento soma R\$ 15 bilhões, dos quais 92% são direcionados a micro e pequenos empresários.

"A região Norte sempre teve a maior taxa de inadimplência no país. Culturalmente, o povo do Norte não considera inadimplência os atrasos de 20 a 30 dias. Daí nossa inadimplência estar alta", justifica Souza Junior, que participou do Seminário Amazônia, promovido pela Câmara de **Comércio** França-Brasil (CCFB), no Rio de Janeiro.

Na avaliação do presidente, a redução dos juros pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) - que passou a Selic de 12,5% para 12% ao ano na última reunião - deverá incentivar o consumo no país, mas não elevar a inadimplência.

(Diogo Martins | Valor)

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Dólar tem 2º dia de alta, a R\$1,844		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Bolsa sobe 0,21%. PIB americano e Europa influenciaram mercados

Vinicius Neder

RIO e BRASÍLIA. Os mercados de ações e de câmbio tiveram um dia bastante instável ontem. O Ibovespa, referência da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), subiu 0,21%, aos 53.384 pontos, após avançar 1,76% de manhã e recuar 0,79% de tarde. O câmbio também passou da queda à alta e fechou com valorização de 0,38%, a R\$1,844, o segundo dia seguido de alta. Os negócios foram influenciados pela aprovação na Alemanha do aumento dos aportes no fundo de resgate para países europeus e pela revisão para cima do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA no segundo trimestre.

Segundo analistas, os dois fatos levaram otimismo na abertura dos pregões, mas, depois, os investidores avaliaram que o problema da dívida na Europa ainda não está resolvido, apesar dos avanços de ontem.

- A aprovação na Alemanha é importante, mas o avanço pode ser considerado só mais um passo. O problema continua - diz Hersz Ferman, gestor de renda variável da Yield Capital.

Em Nova York, depois de muito oscilar, o S&P 500 recuperou-se e fechou em alta de 0,81%, o Dow Jones ganhou 1,30% e o Nasdaq recuou 0,43%. Na Europa, Paris ganhou 1,07%, Frankfurt avançou 1,10% e Milão teve alta de 2,07%. Na contramão, Londres recuou 0,40%.

Segundo analistas, o Ibovespa não recuperou-se tanto quanto os índices dos EUA porque a queda nas commodities (matérias-primas com cotação internacional) prejudicou as ações da Vale, de grande peso no índice. Vale PNA

(preferencial, sem direito a voto) perdeu 1,18%, a R\$40,10. Petrobras PN avançou 0,26%, a R\$19,40, e PDG ON (ordinária, com voto) foi a maior alta (5,12%, a R\$6,37).

Pela manhã, o dólar operou em queda. À tarde, chegou a subir 1,09%, antes de fechar com alta de 0,38%. A valorização acumulada no mês está em 15,76% e, no ano, 10,68%.

Bancos terão que informar a turista custo total do dólar

Para o gerente da mesa de câmbio da corretora Icap Brasil, Ítalo Abucater dos Santos, a mudança de humor dos investidores foi turbinada pelos fatores que têm deixado o mercado futuro de câmbio no Brasil mais sensível na alta do dólar, como a taxaço do mercado futuro de câmbio e o movimento de compra de fundos estrangeiros.

No câmbio, bancos e corretoras serão obrigados a informar o custo total para comprar dólar ou outro tipo de moeda ao cliente que vai viajar para o exterior. O Conselho Monetário Nacional (CMN) decidiu ontem padronizar as tarifas e criar o Valor Efetivo Total (VET) que é o que o consumidor conseguirá comparar. Antes, ao tentar pesquisar o preço das moedas - já que o banco pode cobrar o preço que quiser - o consumidor recebia várias informações como o preço, os valores de algumas tarifas e o peso dos impostos. No fim, o cliente não conseguia calcular o que realmente iria pagar.

O CMN decidiu, ainda, manter a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que corrige os financiamentos do BNDES, em 6% ao ano. O percentual é o mesmo desde meados de 2009.

COLABOROU Gabriela Valente

	VEÍCULO FOLHA DE PERNAMBUCO	EDITORIA	
	TÍTULO PE terá armazém da <u>Zona Franca</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Instalado em Escada, empreendimento vai distribuir produtos de Manaus

Da Redação

CÂMARA: logística de empresas locais será facilitada

Pernambuco foi escolhido para receber o novo armazém geral de distribuição de produtos industrializados da Zona Franca de Manaus (**ZFM**). O entreposto, que será instalado no município de Escada, visa atender todo o Nordeste e deve gerar 200 empregos diretos e 150 indiretos. A empresa que irá operar o empreendimento será selecionada pela Secretaria da Fazenda do Amazonas, mediante licitação pública. O investimento previsto é de R\$ 10 milhões e ficará a cargo do grupo selecionado.

A vencedora da licitação deverá atuar em regime de exclusividade e tornar-se contribuinte do Estado de Pernambuco. O protocolo que regulamenta a questão deve ser assinado, hoje, na reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), realizado em Manaus.

Atualmente, em todo o Brasil, a distribuição dos produtos da **ZFM** é feita através dos armazéns gerais instalados em São Paulo, Resende (RJ) e Uberlândia (MG). Com a vigência do protocolo assinado pelo Confaz, fabricantes da Zona Franca terão direito à suspensão do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de

Serviços (**ICMS**) nas operações de remessa dos seus produtos para o entreposto de Escada. O imposto será cobrado apenas na venda definitiva do fabricante para o consumidor do atacado ou do varejo. Enquanto estado de origem da operação, o Amazonas será responsável por essa cobrança.

Segundo a Secretaria da Fazenda de Pernambuco, as principais vantagens para o Estado serão: os novos empregos; o incremento do transporte de cargas; a ampliação do transporte marítimo; e a redução dos custos das empresas produtoras da **ZFM** que passarão a operar via armazém geral, o que beneficiará o consumidor nordestino.

Todas as empresas do Brasil podem participar do processo seletivo para administrar o entreposto de Escada. No entanto, o secretário da Fazenda de Pernambuco, Paulo Câmara, acredita que as empresas que atuam no Nordeste têm vantagens, pelo seu conhecimento logístico. Ele explica que o fato de Pernambuco estar localizado no centro da região favoreceu a sua escolha. A área onde será construído o entreposto foi doada pelo Governo do Estado.

Para o secretário, Pernambuco se consolida como centro logístico do Nordeste. Ele ressalta que “o armazém geral será positivo para as empresas que atuam na região e compram na Zona Franca de Manaus, pois a logística será facilitada, haverá mais agilidade e os preços serão mais baixos, graças à economia no transporte”.

	VEÍCULO JORNAL DO COMMERCIO ONLINE	EDITORIA	
	TÍTULO Entrepósito da <u>Zona Franca</u> será em Escada		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

INVESTIMENTO Anunciado pelo governo em 2007, a extensão da Zona Franca de Manaus em Pernambuco será oficializada hoje com assinatura de um protocolo de intenções

Finalmente Pernambuco ganhará um entreposto da Zona Franca de Manaus (ZFM). O anúncio, feito pela primeira vez em 2007 – quando se pensou em levar o investimento para Petrolina –, teve o martelo batido ontem. A extensão da ZFM ficará em Escada (Mata Norte) e vai funcionar como armazém geral, redistribuindo os produtos fabricados na capital do Amazonas. O local terá 40 mil metros quadrados e capacidade para abrigar cerca de 30 empresas. O investimento total será de R\$ 10 milhões, com geração de 200 empregos diretos e 150 indiretos.

A assinatura do protocolo está marcada para hoje, em Manaus, durante a 143ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Segundo o secretário da Fazenda (Sefaz) de Pernambuco, Paulo Câmara, o processo licitatório para escolha da empresa responsável pela operação será feito ainda este ano e ficará a cargo da Sefaz do Amazonas. “Em 2012, esperamos que esteja tudo pronto”, anunciou.

Na prática, o terminal vai fazer a redistribuição de produtos – com forte destaque para eletrodomésticos e eletroeletrônicos – de uma forma mais rápida e com menos custos. Câmara também enfatizou que a chegada do entreposto irá proporcionar mais dinamismo e incrementar o mercado de logística, transporte e distribuição local, que vem se consolidando nos últimos anos e exercendo papel de relevância no Nordeste. Outra consequência será o incremento das linhas de cabotagem, já que, daqui, os produtos partirão

para todo o Nordeste. Para o consumidor, a boa notícia é que a economia das empresas pode resultar em menores preços no mercado.

Atualmente, a distribuição dos produtos industrializados na ZFM para todo o País é feita através dos armazéns instalados em São Paulo ou dos entrepostos de Resende (RJ) e Uberlândia (MG).

Quando o protocolo entrar em vigor, ocorrerá a suspensão da incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações de remessa dos produtos feitos pelos fabricantes da ZFM para o armazém de Escada. O tributo só será cobrado no momento da venda definitiva do fabricante para o varejo ou atacado de Pernambuco e demais estados. Mas o secretário deixa claro que o imposto continuará com o Amazonas e “Pernambuco se beneficiará incrementado suas operações de transporte de cargas”.

O secretário comentou ainda que a opção por Escada foi uma decisão técnica dos responsáveis pelo negócio em Manaus, mas ele acredita que o município foi escolhido sobretudo pela crescente consolidação industrial, pela proximidade com Suape e por estar às margens da BR-101.

A questão começou a ser debatida pelo governador Eduardo Campos ainda em 2007, mas, segundo Câmara, o negócio não vingou, na época, “por questões operacionais e de protocolo”. “Mas agora não tem mais volta”, reiterou.

	VEÍCULO G-1	EDITORIA	
	TÍTULO MPF do Amazonas tenta manter tombamento do Encontro das Águas		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Órgão quer suspender anulação da sentença da Justiça Federal, de agosto.

Terminal portuário será construído próximo a cartão postal do estado.

Do Globo Natureza, com Agência Estado

O **Ministério** Público Federal (MPF) entrou no início da semana com pedido no Tribunal **Regional** Federal da 1ª Região para suspender, em antecipação de tutela, a sentença que anulou, no dia 4 de agosto, o tombamento do Encontro das Águas (confluência do Rio Negro, de água escura, com o Rio Solimões de água barrenta), um dos cartões postais de **Manaus**.

O tombamento havia sido anulado porque o governo pediu que fosse realizada uma audiência pública na cidade de **Manaus** e pelo menos uma consulta pública em cada um dos municípios que possuísem território na área tombada.

O MPF argumentou que o tombamento provisório não faz parte do processo administrativo e representa uma medida que assegura a preservação da área até a declaração do tombamento definitivo. "A medida assecuratória é necessária para evitar que proprietários insatisfeitos pratiquem atos tendentes a destruir o objeto da proteção", afirmou no texto do pedido o procurador **regional** da República José Elaeres.

Para o procurador, o tombamento provisório dispensa a prévia realização de audiência ou consulta pública, já que a exigência demandaria um tempo que "não se coaduna com o escopo de proteção imediata do bem cultural".

Encontro das Águas e projeção de onde será construído o Porto das Construções

Um dos motivos que preocupa o **Ministério** Público Federal é que a anulação do tombamento provisório sobre o "Encontro das Águas" permitiria o início imediato das obras do Porto das Lajes, empreendimento particular a menos de 3 quilômetros do fenômeno, com 596.464 mil metros quadrados de área. O empreendimento já tem o aval do órgão ambiental do governo estadual.

Para o procurador da República no **Amazonas** Athayde Costa, a obra poderá acarretar "degradante interferência na paisagem, afetando a leitura do fenômeno nos seus aspectos cultural, estético, paisagístico, arqueológico e histórico".

Posição do governo do Amazonas

Em entrevista ao Globo Natureza, dias após a sentença proferida pela Justiça Federal que pedia a anulação do tombamento, o procurador-geral do estado, Frânio Lima, afirmou que o fato não tinha relação com a liberação do licenciamento ambiental do Porto das Lajes.

O tombamento como patrimônio natural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é defendido por ambientalistas e moradores da cidade, pois evitaria possíveis danos ambientais e sociais irreversíveis ao local. Neste caso, ficaria proibido qualquer tipo de construção em áreas próximas ao Encontro das Águas.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO Grupo invade área da <u>Suframa</u> na Zona Leste de <u>Manaus</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Na tarde da última quinta-feira (29), mais invasores chegaram ao local e trataram logo de desmatar terreno para início à construção de barracos. Suframa já informou órgãos responsáveis sobre os estragos provocados ao meio ambiente

Manaus, 30 de Setembro de 2011

MILTON DE OLIVEIRA

Policiais da Rocam, do Batalhão Ambiental e da PF foram acionados para conter a entrada de novos invasores (Milton de Oliveira)

Aproximadamente 1,5 mil pessoas invadiram, ontem, um terreno de mais de 64 mil metros quadrados da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) no bairro João Paulo II, Zona Leste, no ramal do brasileiro, que se estendeu por outras áreas próximas, entre elas o ramal do Ipiranga e o “caminho da bica”. O espaço também é conhecido como sendo área de expansão do Distrito Industrial II. A invasão começou no último sábado, 17, e ganhou força esta semana, com a adesão de mais ocupantes.

Conforme os invasores, a área é usada por bandidos e foi ocupada por quem não dispõe de moradia. “Todo esse terreno é lugar de esconderijo de bandidos e galerosos, que vêm fumar drogas aqui. Inclusive, já desovaram dois mortos nesse espaço. Outra coisa: nós não temos onde morar, só queremos um pedacinho de terra para construir uma casa”, disse a dona de casa Joyce Almeida. Ainda segundo os invasores, um representante da Suframa esteve no local na

última terça-feira, 20, dizendo que o órgão concederia lotes de terreno se eles dessem os números de seus documentos. “Fizemos uma lista com o nome de todos, com registro geral e CPF, para entregar para ele (o representante da Suframa). Mas depois ficamos com medo. Hoje (ontem) vieram outros representantes e nem falaram com a gente”, explicou um dos invasores.

Em nota, a Suframa afirma que tentou estabelecer um diálogo com os invasores, para que desocupassem a área, mas não conseguiu, e então “a autarquia emitiu ofícios aos órgãos de segurança - Polícia Militar e Polícia Federal - e órgãos de controle do meio ambiente - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semmas) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) - para comunicar o ocorrido e solicitar as providências necessárias. A Suframa está agora no aguardo dos resultados desta comunicação”.

Devido às queimadas no local, ontem, por volta das 15h, o Corpo de Bombeiros foi chamado para controlar os focos de incêndio. Em seguida, chegaram policiais da Ronda Ostensiva Cândido Mariano (Rocam) e do Batalhão Ambiental da Polícia Militar, Polícia Federal e engenheiros da Suframa. “Eles invadiram área da Superintendência, desmataram e degradaram o terreno e colocam em risco um igarapé que passa aqui atrás”, afirmou o representante do órgão, Edislei Cabral, que negou que a Suframa daria lotes de terrenos aos invasores. “Ninguém autorizou nada. Pedimos que eles saiam agora.”

	VEÍCULO PORTOS E NAVIOS	EDITORIA	
	TÍTULO PE terá armazém da <u>Zona Franca</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Instalado em Escada, empreendimento vai distribuir produtos de Manaus

Pernambuco foi escolhido para receber o novo armazém geral de distribuição de produtos industrializados da Zona Franca de Manaus (ZFM). O entreposto, que será instalado no município de Escada, visa atender todo o Nordeste e deve gerar 200 empregos diretos e 150 indiretos. A empresa que irá operar o empreendimento será selecionada pela Secretaria da Fazenda do Amazonas, mediante licitação pública. O investimento previsto é de R\$ 10 milhões e ficará a cargo do grupo selecionado.

A vencedora da licitação deverá atuar em regime de exclusividade e tornar-se contribuinte do Estado de Pernambuco. O protocolo que regulamenta a questão deve ser assinado, hoje, na reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), realizado em Manaus.

Atualmente, em todo o Brasil, a distribuição dos produtos da ZFM é feita através dos armazéns gerais instalados em São Paulo, Resende (RJ) e Uberlândia (MG). Com a vigência do protocolo assinado pelo Confaz, fabricantes da Zona Franca terão direito à suspensão do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) nas operações de remessa dos seus produtos para o entreposto de Escada. O imposto será cobrado apenas na venda definitiva do fabricante para o consumidor do atacado ou do varejo. Enquanto estado de origem da operação, o Amazonas será responsável por essa cobrança.

Segundo a Secretaria da Fazenda de Pernambuco, as principais vantagens para o Estado serão: os novos empregos; o incremento do transporte de cargas; a ampliação do transporte marítimo; e a redução dos custos das empresas produtoras da ZFM que passarão a operar via armazém geral, o que beneficiará o consumidor nordestino.

Todas as empresas do Brasil podem participar do processo seletivo para administrar o entreposto de Escada. No entanto, o secretário da Fazenda de Pernambuco, Paulo Câmara, acredita que as empresas que atuam no Nordeste têm vantagens, pelo seu conhecimento logístico. Ele explica que o fato de Pernambuco estar localizado no centro da região favoreceu a sua escolha. A área onde será construído o entreposto foi doada pelo Governo do Estado.

Para o secretário, Pernambuco se consolida como centro logístico do Nordeste. Ele ressalta que “o armazém geral será positivo para as empresas que atuam na região e compram na Zona Franca de Manaus, pois a logística será facilitada, haverá mais agilidade e os preços serão mais baixos, graças à economia no transporte”.

Fonte: Folha de Pernambuco (PE)/CAMILA LIMA

	VEÍCULO PORTAL D24AM	EDITORIA	
	TÍTULO Confaz busca solução para impasse fiscal entre AM e PA		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O secretário da Fazenda do Pará, José Tostes, informou que representantes de Rondônia e Amapá também irão participar da discussão.

Manaus - O impasse entre **Amazonas** e Pará em relação à cobrança do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)** das empresas de transporte, que movimentam cargas de **Manaus** a Belém, pode estar perto do fim. Representantes fiscais dos Estados afirmaram que há possibilidade de entrarem em um consenso em uma conferência reservada, durante a 143ª Reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que ocorre hoje, no salão Rio Negro, do Tropical Hotel **Manaus**.

O secretário da Fazenda do Pará, José Tostes, informou que representantes de Rondônia e Amapá também irão participar da discussão. “Vamos fazer uma reunião separada para encontrar uma proposta de consenso entre os Estados e estabelecer uma repartição justa e equilibrada do imposto que incide sobre cada tipo de modal”, disse. O dirigente afirmou ainda que a situação, hoje, é ‘indevida’. “O transporte

está recolhendo imposto somente sobre o único modal no Estado de origem, mas estamos caminhando para definir a cobrança proporcional ao modal que ocorre em cada um dos Estados”, afirmou.

O secretário-executivo da Fazenda do **Amazonas**, Thomaz Nogueira, afirmou que os Estados estão discutindo há algum tempo, mas ainda existem pequenos pontos divergentes entre os Estados. “Há sim uma parte que cabe ao Pará, mas achamos que essa parcela é um pouco menor do que o Pará está querendo, é uma divergência técnica”, disse.

No final de agosto, empresas de transporte e logística chegaram a prometer parar as atividades de cargas entre **Manaus** e Belém devido à cobrança de **ICMS** pela Secretaria de Fazenda do Pará, caracterizando bi-tributação. O setor movimenta mais de 320 mil toneladas de cargas por mês, sendo a maioria do Polo Industrial de **Manaus**.

	VEÍCULO PORTAL D24AM	EDITORIA	
	TÍTULO Invasores continuam em terreno da <u>Suframa</u> no Ramal do Ipiranga		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Com terçados, enxadas, facões e bocas-de-lobo, as pessoas abriam clareiras e queimavam árvores para demarcar terrenos de até 150m2.

Manaus - Pelo menos 600 pessoas continuam ocupando uma área de quase dois hectares próximo ao ramal do Ipiranga, no bairro João Paulo, na área do Distrito Agropecuário, zona Leste de **Manaus**. De acordo com informações da Polícia Militar (PM) o terreno pertence à **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)**, e os invasores iniciaram a ocupação na segunda-feira (26), mas somente hoje a polícia foi chamada ao local para tentar retirar os ocupantes.

Com terçados, enxadas, facões e bocas-de-lobo, as pessoas abriam clareiras e queimavam árvores para demarcar terrenos de até 150m2. Segundo o Corpo de Bombeiros, foram mais de 20 focos de incêndios apagados pela brigada desde o meio-dia de hoje.

De acordo com o Tenente Jonas (PM), a denúncia de ocupação partiu de Cleide Marinho de Souza, que possui documento da **Suframa** que lhe concede o uso do terreno de 2,7 hectares há mais de 20 anos. Além de Cleide, o agricultor Luiz Magalhães, também possui documento igual que lhe permite ficar em 3,7 hectares. De acordo com o documento, os dois são proibidos de 'ceder ou vender' o terreno para terceiros.

Não houve confronto entre os ocupantes e os policiais militares. Segundo Fernando Brandão, um dos ocupantes, um técnico da **Suframa** teria ido ao local na manhã de hoje e

pediu que fosse feita uma lista com nome e documento das pessoas que estavam invadindo o terreno. "Eles nos pediu para listar as pessoas e levar o documento amanhã (sexta, 30) lá na **Suframa** para dar entrada no pedido de uso da terra", explica Fernando.

Os invasores e os dois 'usuários' dos terrenos só entraram em acordo, quando os ocupantes aceitaram sair dos terrenos que possuíam documento da **Suframa**. "Vamos continuar apenas na área onde não tem dono. Ninguém mais vai mexer nos terrenos da Cleide e do Luiz, e amanhã eu vou levar os nomes para a **Suframa**", disse Fernando.

Apoio federal

A **Suframa** informou em nota, que pediu apoio da Polícia Federal (PF) e enviou ofício informando o caso para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semmas) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), para que avaliem os danos ambientais causados pelos invasores e possam estabelecer as multas pelos possíveis crimes. "Uma vez que a invasão teve início nas imediações da entrada do Ramal do Ipiranga e já se estendeu para outras áreas, atingindo terrenos particulares e o Ramal do Brasileirinho, inclusive com ocorrência de desmatamento", escreveu a **Suframa**.

A Semmas por sua vez informou que irá enviar uma equipe técnica amanhã para certificar se o local é uma Área de Preservação Permanente (APP), se sim, eles farão uma notificação e a retirada dos invasores. É esperada também a presença de agentes da PF no local, na manhã de sexta-feira.